

1987 5 A NOVA CONSTITUIÇÃO

Sessão termina mais cedo no Congresso vazio

A Assembleia Nacional Constituinte acabou mais cedo ontem a sua sessão plenária. Faltaram os oradores inscritos para falar sobre temas constitucionais (a matéria-prima de casa); os deputados Edmilson Valentim (PC do B/RJ) e Fábio Feldmann (PMDB/SP). Cada um teria 20 minutos. Além de seus ouvintes, se é que os constituintes presentes no momento em que o primeiro deles foi chamado, permaneceram até o fim.

Depois de algumas sextas-feiras onde as audiências públicas e as reuniões das subcomissões movimentavam os corredores e salas do edifício do Congresso Nacional, o dia de ontem foi marcado pela

ausência de constituintes, que tendo prazo até terça-feira para apresentação de emendas e debates sobre os relatórios, preferiram viajar para seus Estados, já que a partir da próxima semana, provavelmente, a Constituinte vai se reunir até nos sábados e domingos.

Mesmo subcomissões de muita movimentação, como a reforma agrária, não fez a reunião prevista. Onze constituintes estavam presentes e apenas um inscrito para falar, José Mendonça de Moraes (PMDB/MG), mas tão logo o vice-presidente Fernando Santana (PCB/BA) abriu os trabalhos, Mendonça desistiu da inscrição e a reunião foi encerrada.

Relatores esperam emendas

Até o início da tarde de ontem as Subcomissões dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias e da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais não haviam recebido sequer uma emenda aos anteprojetos elaborados pelos relatores, respectivamente os deputados Lysâneas Maciel e João Herrmann. No caso da subcomissão de Herrmann, a secretaria vai funcionar durante todo o fim de semana, com o objetivo de receber as emendas.

"Distribuímos cerca de 40 formulários próprios e acredito que logo as emendas estarão chegando", disse uma funcionária. Não está prevista a realização de reuniões hoje e amanhã. "É possível que segunda-feira seja feita uma reunião para discutir o que já tiver sido encaminhado", disse a mesma funcionária.

O deputado Lysâneas Maciel, relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, está disposto a passar o fim de semana de plantão no Congresso para receber e estudar logo as

emendas, que podem ser encaminhadas até terça-feira. Ele considera seu anteprojeto "revolucionário" e por isso mesmo está preparado para ter que analisar em poucas horas um volume razoável de novas propostas.

O mesmo acontece com o relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, deputado Darcy Pozza. Até a tarde de ontem ele tinha em mãos cerca de 30 emendas. Algumas delas, como a da deputada Lúcia Braga prevendo exceções para a proibição de realizar abortos, foram amplamente debatidas. Inicialmente o prazo de discussão dessas emendas na subcomissão terminaria no domingo, já que o anteprojeto de Pozza foi um dos primeiros a ficar pronto, o que proporcionou o início da contagem do tempo para apresentação de emendas na quarta-feira. Mas diante dos prazos de outras subcomissões só vencerem na terça-feira, o presidente, deputado Antônio Mariz, resolveu aceitar emendas até esta data, cancelando as reuniões marcadas para o fim de semana.

Gasparian tem apoio de servidor do BB

A Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil - Anabb manifestou ontem solidariedade aos integrantes da Subcomissão do Sistema Financeiro da Assembleia Nacional Constituinte, pelo incidente envolvendo assessores acusados de fazerem o lobby dos banqueiros privados.

tam para as necessidades da comunidade brasileira" — diz o telex da entidade do BB, lastimando que os banqueiros "pudessem acreditar na omissão dos constituintes". O relatório do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que motivou o incidente, defende o fortalecimento do Banco do Brasil e maior controle da intermediação financeira privada e foi elaborado com auxílio do consultor do Banco do Brasil, Antônio José de Souza.

"Manifestamos apoio às teses de defesa e preservação dos interesses da coletividade, convictos de que os banqueiros não se vol-



Gustavo de Faria (C) elogiou o trabalho do ex-presidente Nelson Carneiro

Faria é empossado na presidência do IPC

A intensificação de um programa habitacional, a elevação do teto para financiamento de automóveis e a ampliação dos empréstimos aos segurados foram os objetivos firmados ontem pelo novo presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ). No biênio 1987-89, ele promete dar "segmento à administração anterior, que deixou o IPC em situação de superavit", conforme ressaltou no ato de posse. Ele sucede ao senador Nelson Carneiro e terá como vice-presidente o senador Odeir Soares (PFL-RO).

dos Israel Pinheiro, Gandi Jamil, Alécio Dias, Antônio de Jesus; o pensionista Geraldo Guedes, a servidora da Câmara Léa Fonseca Silva e o servidor do senador Manoel José de Souza).

O ex-presidente do IPC, senador Nelson Carneiro, destacou o órgão como sendo o "abrigo de todos nós na hora da aposentadoria, ou de nossas famílias, quando deixarmos este mundo". O deputado Gustavo de Faria disse que é com orgulho e satisfação que assume a presidência do "único órgão que congrega parlamentares e funcionários".

O Instituto criado em 1963 registra hoje cerca de 3.500 sócios, entre segurados facultativos (servidores da Câmara e do Senado) e segurados obrigatórios (parlamentares). Isto, segundo o senador Nelson Carneiro, "representa um sadio veículo de captação de recursos para a sobrevivência do sistema". A contribuição dos segurados facultativos, descontada mensalmente em folha, corresponde a 10 por cento do vencimento efetivo ou

Contag: Proposta insatisfatória



Dante, ao lado de Covas, elogia o relatório da reforma agrária

A proposta do relator da Subcomissão de Política Agrícola e da Reforma Agrária, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), desagradou tanto os proprietários de terra quanto aos trabalhadores rurais. Só o ministro Dante de Oliveira a elogiou. Na quarta-feira passada, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, criticou o documento, classificando a proposta de "antética, indecorosa, agressiva e arbitrária". Ontem foi a vez do presidente da Contag, José Francisco da Silva. Menos vigoroso, ele considerou a proposta insatisfatória. "Por esse caminho não se agiliza a reforma agrária no País", disse.

dando da decisão judicial, a reforma agrária não caminha, leva anos se arrastando", afirmou. Os únicos avanços que a proposta apresenta, para ele, estão relacionados com a incorporação do princípio da obrigação social da propriedade e a indenização das benfeitorias e da terra em Títulos da Dívida Agrária. Atualmente só a terra é indenizada em TDA.

PROPOSTA

O presidente da Contag pretende, na segunda-feira, apresentar aos constituintes uma proposta elaborada por todas as entidades que integram a Campanha Nacional da Reforma Agrária, com 17 artigos, como contribuição para fazer avançar a Constituição e criar as condições necessárias para agilizar o processo de reforma agrária no País. Uma das propostas fixa em 7.200 hectares a área máxima de uma propriedade rural. Qualquer área acima desse limite será automaticamente desapropriada.

DANTE

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, afirmou ontem que o anteprojeto do relator da Subcomissão de Política Agrícola e da Reforma Agrária, deputado Oswaldo Lima Filho, "representa a média das reivindicações de diversos setores que lutam pela reforma agrária". Para o ministro, o anteprojeto "é bom e garante

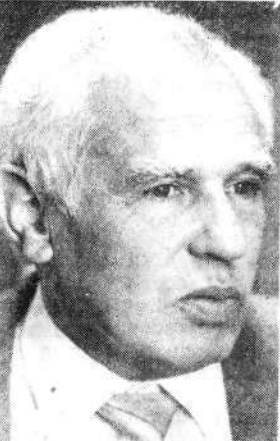
avanços na legislação fundiária".

Dante de Oliveira questiona, porém, o artigo do anteprojeto que estabelece que a propriedade, para cumprir sua função social, "tem que ser racionalmente aproveitada". O ministro entende que a expressão "racionalmente aproveitada" é muito subjetiva, cabendo "mil e uma interpretações".

Entre os pontos do relatório "que não se pode abrir mão", Dante de Oliveira destaca o da imissão de posse automática, que não permite ao proprietário de imóvel desapropriado por interesse social contestar judicialmente a desapropriação e sim apenas o valor da indenização.

Outro ponto importante, de acordo com o ministro, é o que define a área máxima de 100 módulos rurais. Segundo o anteprojeto, quem for proprietário de mais de 100 módulos rurais estará passível de ter a área excedente desapropriada. Sendo aprovada a proposta do limite de 100 módulos, a área máxima permitida por lei será de 11 mil hectares, já que o maior módulo regional do País é de 110 hectares, na região do pantanal matogrossense.

A vinculação da indenização aos tributos pagos pelo proprietário, ou seja, que a indenização para um imóvel rural desapropriado seja calculada tendo como limite os tributos honrados pelo proprietário, é outro ponto considerado "importantíssimo" pelo ministro.



José Goldemberg

Cientistas reivindicam incentivos

São Paulo — A Constituinte deve ampliar os efeitos da "Lei Sarney", que concede incentivos fiscais aos investidores na área da cultura, para o setor de ciência e tecnologia. Esta foi a principal proposta apresentada pelos cientistas da Universidade de São Paulo (USP), através do reitor, José Goldemberg, durante os debates organizados no Anfiteatro de Convenções da Cidade Universitária pelos membros da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Nacional Constituinte.

Destacando que atualmente menos de 3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) destina-se ao desenvolvimento de pesquisas no campo da ciência e da tecnologia, o reitor defendeu a inclusão no texto do Constitucional de um dispositivo que garanta a valorização que garanta a concessão de incentivos, segundo Goldemberg, é mais eficaz do que a determinação de percentuais mais elevados de recursos para o PIB.

Para Arinos, Zanetti aderiu ao stalinismo

Depois da situação constrangedora que enfrentou na reunião da Comissão de Sistematização na noite de quinta-feira, o seu presidente, Afonso Arinos, recebeu ontem a solidariedade do presidente da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Em visita ao seu gabinete, Ulysses criticou a atitude do grupo de parlamentares, liderados pelo deputado Hermes Zanetti, que inconformado com a condução do processo de votação de projeto criando a Comissão de Auditoria da Dívida Externa, passou a agredir verbalmente, acusando-o de golpista e de ter se curvado às pressões exercidas pelo líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna. O presidente da Constituinte reconheceu que o comportamento dos parlamentares "não tinha sido razoável".

— Foi uma atitude "stalinista". Eles, os comunistas, estão fora de moda — disse —, lembrando que os tumultos de antontem obedecem muito mais à orientação dos tempos em que Josef Stalin governava a União Soviética do que a dos tempos atuais, sob a liderança de Gorbachev, comentou Arinos.

INTERFERENCIA

O Executivo, através do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, mais uma vez interferiu na Assembleia Nacional Constituinte, ao tumultuar a reunião da Comissão de Sistematização, antontem à noite, impedindo a votação de projeto de decisão que prevê a realização de uma auditoria da dívida externa, com a suspensão dos pagamentos até a sua conclusão.

A denúncia de interferência foi feita por diversos oradores na sessão de ontem da Constituinte, quando o autor do projeto de decisão, deputado Hermes Zanetti apresentou requerimento para que a questão seja submetida ao plenário. Os constituintes sustentaram que a reunião da Comissão de Sistematização, tumultuada por Carlos Sant'Anna, não chegou a ser encerrada por seu presidente, senador Afonso Arinos que teria sido praticamente arrastado para fora do recinto pelo líder do governo.

Wilma é contra o parlamentarismo já

Natal — A deputada federal Wilma Maia (PDS) classificou como uma "ditadura legislativa" a proposta de implantação imediata do parlamentarismo no País, sem que o Presidente da República tenha poderes para dissolver o Parlamento. A parlamentarizar, que está em Natal organizando um comício pró-eleições diretas que será realizado hoje, disse que

pode vir a apoiar o sistema parlamentarista, "desde que sejam realizadas eleições diretas em todos os níveis, de presidente a vereador, no próximo ano".

O senador José Agripino Maia (PFL), por sua vez, disse que não participará do comício, por considerar que as eleições diretas para Presidente da República já estão garantidas por lei.

Seminário discutirá sistemas de governo

Servir de subsídio para adaptar a administração pública ao tipo de governo que regerá os destinos do País, provocando uma discussão do ponto de vista político e técnico sobre sistemas de governo. Este é o objetivo principal do seminário, "Sistemas de Governo e Parlamentarismo", promovido pela Secretaria de Administração Pública (Sedap), através do Grupo de Estudos de Políticas Públicas, de 19 a 21 de março, no Auditório Petrólio Portela, no Senado.

No primeiro dia do seminário serão apresentadas as particularidades e o funcionamento do sistema parlamentarista francês, pelo professor Jean-Luc Parodi, secretário-geral da Associação Francesa de Ciência Política, Diretor da "Revue Française de Science Politique", e do Instituto de Ciência Política. A experiência espanhola será demonstrada pelo ministro para as Relações com o Legislativo, Virgílio Sapatero.

PRESIDENCIALISMO

No segundo dia, será a vez da experiência presi-

dencialista americana, exposta pelo professor James Young, diretor do Programa sobre a Presidência, do Miller Center of Public Affairs, da Universidade de Virginia, Estados Unidos.

Durante o último dia o professor de Ciência Política da Universidade de Hamburgo e redator-chefe da revista alemã para assuntos parlamentares "Zeitschrift für Parlamentsfragen", professor Uwe Thaysen, falará da experiência parlamentarista alemã. O encontro será encerrado com a conferência do presidente do Tribunal Constitucional Português, Armando Marques Guedes.

Além dos conferencistas estrangeiros o seminário contará também com a participação de políticos, técnicos, juristas, parlamentares e lideranças partidárias brasileiras. O ministro da Administração, Aluizio Alves, abrirá os trabalhos no primeiro dia e o senador Afonso Arinos e deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, nos dias consecutivos.

Aborto pode ficar fora da Constituição

É provável que o relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, deputado Darcy Pozza (PDS-RS), faça pelo menos duas modificações substanciais no anteprojeto que apresentou no início da semana, em face da longa discussão realizada ontem de manhã na sede da subcomissão, com a participação de 15 constituintes. A primeira modificação diz respeito à não discriminação por "orientação sexual", que consta do relatório, atendendo a reivindicação do Grupo Homossexual Triângulo Rosa. Pozza pode substituir o termo por "comportamento social", com o objetivo de evitar interpretações dúbias da Constituição. A segunda modificação visa a evitar a criminalização do aborto no texto constitucional, tarefa que caberia ao Código Penal.

Mas a deputada Lúcia Vânia (PMDB-GO), que se diz contrária ao aborto, foi mais longe: "Colocar o aborto no texto Constitucional seria uma crueldade com as mulheres. Ninguém faz aborto porque quer, mas porque é forçado. A proibição e a penalização devem aparecer somente na lei ordinária e deve ser dada ênfase especial para um programa de planejamento familiar", defendeu.

No final da discussão, o relator, deputado Darcy Pozza, garantiu que vai "interpretar a tendência dos constituintes de forma aberta e democrática" mas não deixou claro se pretende promover ou não mudanças em seu anteprojeto. "A Subcomissão ainda está bastante dividida com relação ao problema do aborto", avaliou o presidente, Antônio Mariz, em

entrevista. Não sei se as mudanças discutidas aqui serão acatadas. De qualquer forma apresentarei emenda defendendo o meu ponto de vista", avisou.

HOMOSSEXUAIS

Menos complicada, porém mais confusa, foi a discussão em torno da não discriminação por "orientação sexual". O deputado Eliel Rodrigues (PMDB-PA), que é evangélico, leu diversos trechos da Bíblia para sustentar a tese de que é "perigoso liberar a orientação sexual". Eliel garantiu que na Escritura Sagrada "há indícios de condenação a essa liberdade" e pediu a eliminação sumária do termo "orientação sexual" do anteprojeto de Darcy Pozza.

O relator, entretanto, esclareceu que a interpretação do deputado evangélico para a reivindicação do Grupo Homossexual Triângulo Rosa foi diferente da dele. Para Pozza, a expressão "orientação sexual" nada mais é do que um dispositivo que indiscrimina os homossexuais, sem procurar o incentivo ou a legalização do homossexualismo. Não foi a opinião do deputado Costa Ferreira (PFL-MA). No momento mais hilário da reunião, ele afirmou que "seria bom se os homossexuais se regenerassem".

A principal discussão foi sobre o termo "orientação sexual", considerado dúbio. O deputado José Fernandes (PDT-AM) sugeriu sua substituição por "comportamento sexual", menos confuso.